

# Educação:

DIÁLOGOS  
CONVERGENTES  
E ARTICULAÇÃO  
INTERDISCIPLINAR

---

 **Atena**  
Editora  
Ano 2021

*Adriana Regina Vettorazzi Schmitt  
Jacinta Lúcia Rizzo Marcom  
(Organizadoras)*

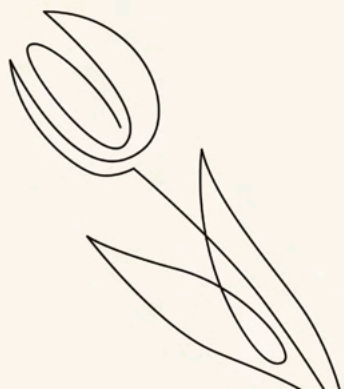
## *Lápis de cor*

*Voo por mundos,  
Conheço destinos,  
Viajo em segundos,  
Um sonho menino,*

6

*Casa amarela,  
O céu azul,  
Pela janela,  
O Norte ou Sul,*

*Desenho a lua,  
A vida, um lugar  
Gente na rua,  
Um esperar!*



# Educação:

DIÁLOGOS  
CONVERGENTES  
E ARTICULAÇÃO  
INTERDISCIPLINAR

---

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

*Adriana Regina Vettorazzi Schmitt  
Jacinta Lúcia Rizzo Marcom  
(Organizadoras)*

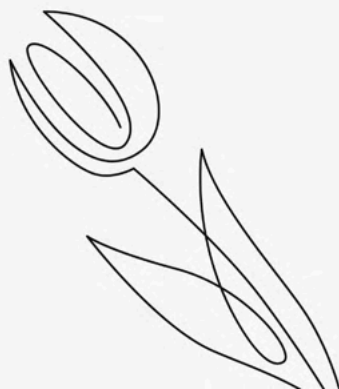
## *Lápis de cor*

*Voo por mundos,  
Conheço destinos,  
Viajo em segundos,  
Um sonho menino,*

6

*Casa amarela,  
O céu azul,  
Pela janela,  
O Norte ou Sul,*

*Desenho a lua,  
A vida, um lugar  
Gente na rua,  
Um esperar!*



**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

## Educação: diálogos convergentes e articulação interdisciplinar 6

**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Correção:** Flávia Roberta Barão  
**Indexação:** Gabriel Motomu Teshima  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadoras:** Adriana Regina Vettorazzi Schmitt  
Jacinta Lúcia Rizzi Marcom

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: diálogos convergentes e articulação interdisciplinar 6 / Organizadoras Adriana Regina Vettorazzi Schmitt, Jacinta Lúcia Rizzi Marcom. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-496-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.969212209>

1. Educação. I. Schmitt, Adriana Regina Vettorazzi (Organizadora). II. Marcom, Jacinta Lúcia Rizzi (Organizadora). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

A educação é um dos direitos fundamentais para todos os cidadãos brasileiros, desde a educação infantil. A educação infantil é uma das mais importantes fases do processo educativo. Nessa etapa as crianças são despertadas, através de ações lúdicas e jogos, a praticar suas capacidades motoras, fazer descobertas e iniciar o processo de alfabetização. Esta obra apresenta-se como um importante contributo teórico para professores e pesquisadores, porque compreendemos que discutir a infância e seus espaços nos remete a necessidade de inovar-se pedagogicamente. A formação inicial é uma necessidade pressionada por uma geração que respira, desde os anos iniciais, novas e rápidas evoluções tecnológicas. Estudantes que aprendem pela autonomia e pela troca de energias. E saberes que concretizam-se pela significação e pela aplicabilidade que os conteúdos têm na vida dos educandos.

Partindo da compreensão desse contexto, os artigos que compõem este livro versam sobre a importância dos laços sociais que são desenvolvidos na primeira infância e anos iniciais. Bem como, a descrição de experiências e ações pedagógicas que compõe o planejamento, as metodologias interdisciplinares e a avaliação para essas etapas da educação.

Esta produção segue discorrendo sobre a importância da afetividade no processo ensino-aprendizagem das crianças pequenas, a importância do desenho e o uso da interdisciplinaridade em favor do desenvolvimento global dos alunos. De forma complementar, fazem parte da complexidade da educação, temas como o olhar pedagógico para a gestão escolar e o papel do psicopedagogo que também tem destaque no debate proposto.

Corroborando com a discussão, Freire (2018, p. 141) afirma que “[...] não importa com que faixa etária trabalhe o educador ou a educadora, o nosso é um trabalho com gente, miúda, jovem ou adulta, mas gente em permanente processo de busca”.

Nessa esteira, convidamos você leitor a se entregar de forma crítica e curiosa a esses textos que favorecem a problematização sobre a educação e seus temas transversais aqui propostos.

Boas leituras!

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt  
Jacinta Lúcia Rizzi Marcom



## SUMÁRIO

### VI. DA EDUCAÇÃO INFANTIL À GESTÃO ESCOLAR DIÁLOGOS CONVERGENTES E ARTICULAÇÃO INTERDISCIPLINAR

#### **CAPÍTULO 1..... 1**

EDUCAÇÃO, MOVIMENTOS SOCIAIS E DIREITOS HUMANOS: APROXIMAÇÕES NECESSÁRIAS

Paulo Dalla Valle

Jacinta Lúcia Rizzi Marcom

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9692122091>

#### **CAPÍTULO 2..... 11**

O DESENVOLVIMENTO DO COMPORTAMENTO SOCIAL E PESSOAL DAS CRIANÇAS DE 2 A 6 ANOS DE IDADE NA PERSPECTIVA ESCOLAR

Patrick Pereira de Menezes

Ana Luiza Barcelos Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9692122092>

#### **CAPÍTULO 3..... 19**

ATENDIMENTO REMOTO A BEBÊS E CRIANÇAS EM TEMPOS DE PANDEMIA: A INTERDISCIPLINARIDADE A FAVOR DO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

Bruna Raquel Resplandes Silva Prudente Junqueira

Selma Souza Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9692122093>


#### **CAPÍTULO 4..... 26**

REFLETINDO E PLANEJANDO ESPAÇOS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL COM CRIANÇAS DE DOIS ANOS NA UMEI ROSALDA PAIM

Natalia Ribeiro da Silva Barros

Cintia de Oliveira Duarte


Maria Helena de Jesus Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9692122094>

#### **CAPÍTULO 5..... 39**

A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM ESCOLAR


Wellington Rodrigues dos Reis Edmundo






 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9692122095>







#### **CAPÍTULO 6..... 51**

NÃO SÃO APENAS RABISCOS NO PAPEL: A IMPORTÂNCIA DO DESENHO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Ana Caroline Sales Andrade


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9692122096>

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>63</b>
DE ESCOLA DE SAÚDE A PARQUE INFANTIL: SANTOS (1931-1952)	
Humberto Pereira da Cunha	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.9692122097">https://doi.org/10.22533/at.ed.9692122097</a>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>95</b>
O PIBID E A CONTRIBUIÇÃO DA BRINQUEDOTECA PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NO PRIMEIRO ANO DE VIDA	
Érley Makieli de Paula Oliveira Cunha	
Giovanna Fiori Sanches	
Loren Machado Caruzzo dos Santos	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.9692122098">https://doi.org/10.22533/at.ed.9692122098</a>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>103</b>
O LUGAR DO PEDAGÓGICO NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: A VISÃO DE GESTORAS E PROFESSORAS	
Soênia Maria Fernandes	
Antonio Serafim Pereira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.9692122099">https://doi.org/10.22533/at.ed.9692122099</a>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>116</b>
A RELAÇÃO CURRÍCULO E TRABALHO PEDAGÓGICO NA ESCOLA ORGANIZADA EM CICLOS NO DISTRITO FEDERAL	
Gilcéia Leite dos Santos Fontenele	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.96921220910">https://doi.org/10.22533/at.ed.96921220910</a>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>130</b>
PROCESSO AVALIATIVO: CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DOS ALUNOS	
Lislayne Carneiro	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.96921220911">https://doi.org/10.22533/at.ed.96921220911</a>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>142</b>
PRÁTICAS INTERCULTURAIS NO CURRÍCULO DA ESCOLA: TECENDO OS FIOS E REDES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Rosely de Oliveira Macário	
Linduarte Pereira Rodrigues	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.96921220912">https://doi.org/10.22533/at.ed.96921220912</a>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>152</b>
O PSICOPEDAGOGO E A SUA IMPORTÂNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR: UMA REVISÃO DE LITERATURA	
Lorrany Santos Baima	
Miliana Augusta Pereira Sampaio	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.96921220913">https://doi.org/10.22533/at.ed.96921220913</a>	

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>158</b>
MUDANÇAS DE PARADIGMAS PARA UMA GESTÃO EDUCACIONAL INOVADORA Isadora Siqueira Mafra Naiara Gracia Tibola  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.96921220914">https://doi.org/10.22533/at.ed.96921220914</a>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>172</b>
GESTÃO DA EDUCAÇÃO: O SISTEMA, O ÓRGÃO EXECUTIVO E O ÓRGÃO NORMATIVO Jacilene Costa Gomes da Silva Raimunda Maria da Cunha Ribeiro  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.96921220915">https://doi.org/10.22533/at.ed.96921220915</a>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>184</b>
PROJETOS INTERDISCIPLINARES E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO SIGNIFICATIVO DA GEOGRAFIA Cristiane Alcântara de Jesus Santos Antonio Carlos Campos  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.96921220916">https://doi.org/10.22533/at.ed.96921220916</a>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>197</b>
O USO DA INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO TÉCNICO DE ENFERMAGEM Márcia Cury Machado  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.96921220917">https://doi.org/10.22533/at.ed.96921220917</a>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>206</b>
RETALHOS DE EXPERIÊNCIAS SOBRE A PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SENTO-SÉ/BAHIA: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA, NUMA VISÃO DE EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BRASILEIRO Ana Paula de Carvalho Ferreira Angelo Antonio Macedo Leite Rute Ferreira de Oliveira Viana  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.96921220918">https://doi.org/10.22533/at.ed.96921220918</a>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>217</b>
TENDÊNCIAS DE MUDANÇAS EM UM CURSO DE GRADUAÇÃO EM FISIOTERAPIA DE ALAGOAS Raphaela Farias Teixeira Francisco José Passos Soares  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.96921220919">https://doi.org/10.22533/at.ed.96921220919</a>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>233</b>
TRAJETÓRIA DA APLICAÇÃO EM MDE EM TRÊS MUNICÍPIOS DA FRONTEIRA OESTE DO RS (2014-2020) Calinca Jordânia Pergher Ana Carla Ferreira Nicola Gomes	

Gabriel de Oliveira Soares

Ederson Nunes Bueno

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.96921220920>

**SOBRE AS ORGANIZADORAS..... 247**

**ÍNDICE REMISSIVO..... 248**

## GESTÃO DA EDUCAÇÃO: O SISTEMA, O ÓRGÃO EXECUTIVO E O ÓRGÃO NORMATIVO

*Data de aceite: 02/09/2021*

### **Jacilene Costa Gomes da Silva**

Secretaria Municipal de Educação  
Corrente-PI  
Mestranda em Educação- UFCAT- GO  
<http://lattes.cnpq.br/0032214671692634>

### **Raimunda Maria da Cunha Ribeiro**

Universidade Estadual do Piauí  
Corrente-PI  
<http://lattes.cnpq.br/5521550176506088>

**RESUMO:** A gestão do ensino público baseia-se no princípio democrático, da igualdade, da universalidade e da laicidade conforme a legislação brasileira. Assim entendemos que a gestão do ensino não é apenas um instrumento, uma ferramenta a serviço da melhoria da qualidade do ensino, é um dos caminhos mais importantes para se alcançar a qualidade da educação, através da atuação de todos os envolvidos no processo do ensino, para que se tenha uma educação pública mais incluyente. Este artigo apresenta uma reflexão sobre o Sistema Municipal de Ensino: atuação dos órgãos executivo e normativo na materialização da gestão democrática no município de Corrente-PI. Para melhor entender essa relação, apresentamos o problema: de que forma a Secretaria Municipal de Educação e Cultura-SEMEC e o Conselho Municipal de Educação vêm atuando na materialização da gestão democrática? Como objetivo podemos

citar: analisar como a Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Municipal trabalham de forma a materializar a gestão democrática do ensino público no município de Corrente-PI. Para esta pesquisa qualitativa realizamos uma análise de documentos (Leis, Atas, Plano Municipal de Educação). Os resultados apontam que os órgãos do Sistema Municipal de Educação em estudo, apresentam suas peculiaridades locais. Percebemos que, ao tempo em que avançam também têm limitações quanto à materialização da gestão democrática.

**PALAVRAS - CHAVE:** Conselho. Gestão. Sistema.

### **EDUCATION MANAGEMENT: THE SYSTEM, THE EXECUTIVE BODY AND THE NORMATIVE ORGAN**

**ABSTRACT:** The management of public education is based on the democratic principle, of equality, universality and secularism in accordance with Brazilian legislation. Thus, we understand that teaching management is not just an instrument, a tool at the service of improving the quality of teaching, it is one of the most important ways to achieve the quality of education, through the work of all those involved in the teaching process, to have a more inclusive public education. This article presents a reflection on the Municipal Education System: performance of the executive and normative bodies in the materialization of democratic management in the municipality of Corrente-PI. To better understand this relationship, we present the problem: how has the Municipal Secretariat of Education and Culture-SEMEC and the Municipal Council of

Education been acting in the materialization of democratic management? As an objective we can mention: to analyze how the Municipal Education Secretariat and the Municipal Council work in order to materialize the democratic management of public education in the municipality of Corrente-PI. For this qualitative research we performed an analysis of documents (Laws, Minutes, Municipal Education Plan). The results show that the organs of the Municipal Education System under study, present their local peculiarities. We realize that, as they progress, they also have limitations regarding the materialization of democratic management.

**KEYWORDS:** Council. Management. System.

## 1 | INTRODUÇÃO

A gestão do ensino público baseia-se no princípio democrático, da igualdade, da universalidade e da laicidade conforme a legislação brasileira. Assim entendemos que a gestão do ensino não é apenas um instrumento, uma ferramenta a serviço da melhoria da qualidade do ensino, é um dos caminhos mais importantes para se alcançar a qualidade da educação, através da atuação de todos os envolvidos no processo do ensino, para que se tenha uma educação pública mais incluyente.

Não se consegue melhorar a qualidade da educação sem a participação da sociedade. A melhoria da qualidade da educação e das políticas educacionais está intrinsecamente ligada à criação de espaços de deliberação coletiva: a gestão democrática dos sistemas de ensino e das instituições educativas constitui uma das dimensões que possibilitam o acesso à educação de qualidade como direito universal. A gestão democrática como princípio da educação nacional sintoniza-se com a luta pela qualidade da educação (CONAE, 2010).

Segundo a lei os sistemas de ensino são constituídos, a partir do princípio da autonomia dos entes federados (Art. 211, CF/1988) e, entendemos, nesta perspectiva, que o princípio da gestão democrática do ensino público (Art. 206 VI, CF/1988) deva ser levado em consideração.

O sistema municipal de ensino é constituído por dois órgãos de igual importância: o executivo, formado pela secretaria municipal de educação e o normativo, formado pelo conselho municipal de educação. A exemplo do estado do Piauí, o sistema municipal de ensino é institucionalizado com base na Lei Municipal de criação do sistema e do conselho, a qual deve ser encaminhada ao Conselho Estadual de Educação que emite portaria de reconhecimento desse sistema. A partir de então, o sistema municipal se torna autônomo em matéria de gestão do ensino, seguindo orientações legais nacionais, ao tempo em que são observadas as peculiaridades locais.

Os conselhos são, em sentido geral, órgãos coletivos de tomada de decisões, agrupamentos de pessoas que deliberam sobre algum assunto. Apareceram nas sociedades organizadas desde a Antiguidade e existem hoje, com denominações e formas de organização diversas, em diferentes áreas da atividade humana.

Este estudo tem como objetivo fazer uma análise sobre o Sistema Municipal de

Ensino de Corrente-PI, em específico, a atuação dos órgãos executivo e normativo na materialização da gestão democrática do ensino público.

A metodologia adotada neste estudo foi do tipo qualitativa, com base na análise documental. Os documentos analisados foram a Lei nº 329/2005 da criação do sistema municipal de ensino, quatro atas do Conselho Municipal de Educação (uma referente ao início do ano de 2016 e outra ao final do ano de 2016 e duas referentes às primeiras reuniões do ano de 2017).

## **2 | PERSPECTIVA HISTÓRICA DOS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL**

Na educação brasileira, a existência dos conselhos pode ser identificada desde o Império. Considerando-se o período republicano, constata-se uma contínua transformação das concepções que orientaram a organização dos conselhos de educação nos diferentes momentos da história educacional brasileira.

A primeira tentativa de criação de um Conselho na estrutura da administração pública, na área de educação, aconteceu na Bahia, em 1842 e em 1846, a Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados propôs a criação do Conselho Geral de Instrução Pública.

A ideia de um Conselho Superior somente seria objetivada em 1911 (Decreto nº 8.659, de 05/04/1911) com a criação do Conselho Superior de Ensino. A ele seguiram-se o Conselho Nacional de Ensino, com a Reforma Rocha Vaz 2, responsável também pela criação do Departamento de Educação no Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Decreto nº 16.782-A, de 13/01/1925), o Conselho Nacional de Educação (Decreto nº 19.850, de 11/04/1931), o Conselho Federal de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação (Lei nº 4.024, de 20/12/1961), os Conselhos Municipais de Educação (Lei nº 5692, de 11/08/1971) e, novamente, Conselho Nacional de Educação, MP nº 661, de 18/10/94, convertida na Lei nº 9.131/95 (BRASIL, 2016).

A legislação relativa à criação e regulamentação desses dois conselhos, o de 1925 e o de 1931, evidencia o caráter administrativo que lhes foi conferido, como parte da estrutura burocrática do Estado. Concebidos como órgãos administrativos, esses conselhos tiveram um elenco de competências no plano da gestão do ensino definido por lei, embora seja possível perceber, nesse aspecto, mudanças significativas no tipo de atribuições a eles conferidas.

O atual Conselho Nacional de Educação-CNE, órgão colegiado integrante do Ministério da Educação, foi instituído pela Lei 9.131, de 25/11/95, com a finalidade de colaborar na formulação da Política Nacional de Educação e exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro da Educação.

No processo de gestão democrática da coisa pública, consignada pela Constituição de 1988, os conselhos assumem uma nova institucionalidade, com dimensão de órgãos de

Estado, expresso da sociedade organizada. Não lhes atribui responsabilidades de governo, mas de voz plural da sociedade para situar a ação de cidadania.

Os conselhos funcionam como mediadores e articuladores da relação entre a sociedade e os gestores da Educação municipal. Funcionam como organização capaz de estreitar a relação entre o governo e sociedade civil a partir da participação popular em conjunto com a administração pública nas decisões regentes na sociedade. Um exercício de democracia na busca de soluções para os problemas sociais, com benefício da população como um todo.

### 3 | SISTEMAS DE ENSINO

A estrutura do Sistema Educacional Brasileiro é resultado de uma série de mudanças ao longo da história da educação no Brasil.

Os primeiros Sistemas Educacionais Brasileiro, que vigorou durante vários anos, teve um caráter excludente desfavorecendo a grande massa popular e garantindo o acesso à educação somente à elite brasileira. Segundo Ribeiro (1989), ao referir-se a esse longo período afirma que éramos um país de doutores e analfabetos, pois a educação era para poucos, somente para os filhos da elite, nenhum incentivo à formação de professores e pouco investimentos na escola pública.

Os órgãos responsáveis pela educação, em nível federal, são o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional de Educação (CNE). Em nível estadual, temos a Secretaria Estadual de Educação (SEE), o Conselho Estadual de Educação (CEE), a Delegacia Regional de Educação (DRE) ou a Subsecretaria de Educação. E em nível municipal, existem a Secretaria Municipal de Educação (SME) e o Conselho Municipal de Educação (CME).

O Artigo 14 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, diz que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Entendemos que os municípios devem organizar manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, exercer ação redistributiva em relação às suas escolas, autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino para se tenha um ensino de qualidade.

A compreensão do sistema educacional brasileiro exige que não se perca de vista a totalidade social da qual o sistema educativo faz parte (SAVIANI, 1987). Assim, o principal instrumento para transformar o processo educativo em uma prática social voltada



para a construção da cidadania, é inserir todos os agentes que fazem parte do processo educacional.

Para Bordignon (1993), é preciso ter em mente que o processo educativo se realiza na sala de aula, não nos gabinetes. É na escola que se põe em prática a Proposta Pedagógica e se concretizam as políticas educacionais.

Entendemos então, que a educação precisa ser um processo contínuo de coordenação da prática educacional coletiva, que se desenvolve de forma não fragmentada, num dado contexto histórico, onde tem destaque seu caráter mediador e transformador da realidade.

#### **4 | CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: AUTONOMIA E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO**

As lutas pela democratização da sociedade brasileira trouxeram, na década de 1980, propostas de participação da sociedade civil em diferentes instâncias da administração pública e inspiraram a constituição de conselhos municipais de educação no espaço aberto pela legislação federal, apontando tais conselhos como locus de discussão e de participação nas questões de educação.

A descentralização político-administrativa do Estado neoliberal se traduz na gestão democrática efetiva do sistema e, neste contexto, situa-se o Conselho Municipal de Educação (CME) por se constituir órgão de representatividade social e deliberação coletiva, devendo ocupar espaço privilegiado na normatização da política municipal de educação.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Corrente Piauí - SEMEC, com a estrutura administrativa que lhe deu a Lei nº 329/2005, é o órgão responsável pela formulação, planejamento e execução da política de desenvolvimento do Sistema Municipal de Ensino, cabendo-lhe:

- I. Realizar estudos e pesquisas na área educacional, bem como elaborar e executar o Plano Municipal de Educação;
- II. Velar pelo regular funcionamento dos órgãos e instituições do Sistema Municipal de Ensino;
- III. Articular-se com instituições públicas e privadas e com a comunidade para a progressiva melhoria da qualidade do ensino oferecido no Município;
- IV. Assistir ao estudante carente, inclusive mediante concessão de incentivos, bolsas de estudos e cursinhos pré-vestibulares;
- V. Adotar medidas que propiciem o pleno acesso do menor à educação.

Percebe-se que essas medidas possibilitam pensar num caminho trilhado por aqueles interessados na democratização da educação Municipal de Corrente visando uma educação de qualidade e incluyente.

Para Gadotti (2000, p. 169), a democracia representativa poderá ter caráter de participação direta se a comunidade realmente tiver consciência do seu poder de decisão representada no CME e configurar com resultados efetivos para a organização democrática da educação municipal. O CME permite a participação da sociedade na tomada de decisão dos rumos da educação através do exercício da democracia direta. A fixação de prioridades e metas em conjunto com as representações dos vários segmentos sociais permite ao executivo identificar e suprir, com maior precisão e eficácia, as necessidades existentes.

O parágrafo único do artigo primeiro da Constituição Federal de 1988 estabelece que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”, consagrando uma nova ordem jurídica e política no país com base em dois pilares: a democracia representativa (indireta) e a democracia participativa (direta), entendendo a participação social e popular como princípio inerente à democracia.

Reafirmando que a CF de 1988 reconhece os municípios como entes federativos e, neles, reconhece a existência de Sistemas Municipais de Educação, fica sob sua “autonomia a denominação de seu órgão normativo como Conselho Municipal de Educação”.

Assim, o caminho da descentralização como uma estratégia capaz de facilitar o exercício da experiência democrática possibilita o encontro de caminhos para a superação de estruturas excludentes com vistas a uma sociedade organizada, participativa, apta a desempenhar o exercício da cidadania.

## **5 | ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE CORRENTE-PI**

Com base na Lei nº 329/2005 de 12 de julho de 2005 de criação do Sistema Municipal de Educação de Corrente, são responsáveis pela organização e funcionamento do Sistema:

- A Secretaria Municipal de Educação;
- O Conselho Municipal de Educação.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Corrente Piauí- SEMEC é o órgão responsável pela formulação, planejamento e execução da política de desenvolvimento do Sistema Municipal de Ensino.

Dentre a estrutura da organização da Secretaria Municipal de Educação temos os seguintes órgãos:

- Gerência de administração e finanças - Gerencia a parte de recursos humanos como geração da folha de pagamento dos funcionários públicos, procedimentos internos de contratação e concursos públicos, como também responsáveis principalmente pela execução da despesa pública.
- Superintendência de educação - tem a função de administrar a política educacional do Município, garantindo a formação de qualidade em todos os níveis e

etapas de ensino e atendendo às especificidades e diferenças culturais de cada local em busca de uma educação democrática.

- Gerência de projetos e relações interinstitucionais - tem por finalidade promover a cooperação acadêmica e o intercâmbio de alunos e professores com instituições públicas e privadas, nacionais, internacionais e estrangeiras, para desenvolvimento de projetos relacionados às atividades da Escola.
- Gerência de manutenção das unidades escolares - envolve desde reparos, adaptações, reformas, adequações e até ampliações dos espaços físicos escolares. Também a confecção e reforma de móveis, quadros de giz, paredes divisórias, substituição de fechaduras, troca de vidros, manutenção de instalações hidráulicas, elétricas e de esgoto, serviços de pinturas, recolhimento e redistribuição de equipamentos e mobiliários desativados e reciclados, etc.
- Gerência de estatística e vida escolar - Realiza o censo escolar como também registro de notas.
- Gerência de assistência ao estudante e apoio escolar - Controle do acervo do livro didático.
- Gerência de transporte e merenda escolar - Cuidam da organização, segurança e qualidade do transporte e merenda escolar.
- Gerência de pesquisas, estudos e pós-graduação - Análise da certificação da pós como também inserção de gratificação.
- Pólo Vale do Corrente da Universidade Aberta do Brasil - Vinculada à Prefeitura Municipal de Corrente, parceria ao funcionamento do Polo.
- Superintendência de esportes - Desenvolvimento de projetos esportivos, administração dos espaços esportivos.

Entendemos que existe uma esfera coletiva e para operacionalizar houve a descentralização das ações para planejar, decidir a serviço da melhoria da qualidade do ensino.

De acordo com a Lei nº 329/2005 de 12 de julho de 2005, Seção II, Art. 7 do Conselho Municipal de Corrente, compete ao Conselho Municipal de Educação, órgão colegiado de natureza participativa e representativa da comunidade na gestão de educação. Dentre as suas atribuições inclui-se: elaborar e alterar seu Regimento Interno; participar da elaboração e acompanhar a execução do Plano municipal de Educação, avaliando resultados; autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos integrantes do Sistema Municipal de Ensino; zelar pelo fiel cumprimento das Diretrizes e bases da educação nacional e das normas baixadas pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Conselho Estadual de Educação e a defesa dos direitos dos cidadãos.

O Conselho Municipal de Educação de Corrente-PI, conferidas pela Lei Orgânica, em seu artigo 74, VI, combinado com a Lei nº 329/2005, e considerando o Ofício nº 010/2017

e de acordo a Portaria-GP, nº 158/201 é formado por nove membros e seus respectivos suplentes:

Secretaria Municipal de Educação; Representantes do Magistério Público Municipal; Representantes dos Diretores das Escolas Públicas Municipais; Representantes dos Estudantes da Rede Pública Municipal; Representantes da Câmara Municipal, escolhido pelos pares; Representantes do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente; Representantes das Instituições Privadas da Educação Infantil; Representantes da Sociedade Civil; Representantes dos Pais de Alunos da Rede Pública Municipal.

A Lei Municipal nº 329/2005 diz que o mandato de Conselheiro será de quatro anos, permitida uma recondução. Possui caráter fiscalizador, consultivo, normativo, cada um com suas funções específicas.

- Fiscalizador: Além da Câmara de vereadores e do Tribunal de Contas, alguns conselhos podem e devem fiscalizar as contas públicas e emitir parecer conclusivo;
- Consultivo: Tem a responsabilidades de julgar determinado assunto que lhe é apresentado;
- Normativo: Reinterpreta as normas vigentes como também as cria (determinações das leis federações e/ou estaduais).

Entendemos que o papel dos conselhos é de grande importância no processo de gestão, configura, portanto, como órgão de representação da comunidade que visa à construção de uma cultura de participação, constituindo-se em espaço de aprendizado e a consolidação dos conselhos implica buscar a articulação efetiva entre os processos educacionais.

Para Cury (2000), em uma perspectiva democrática, é fundamental a participação da comunidade na organização, na composição e na delimitação de atribuições ao conselho como órgão do poder local referente à educação municipal, constituindo a voz da pluralidade dos atores possibilitando os acertos na definição, normatização e controle dos assuntos educacionais.

Para uma melhor compreensão da estrutura e funcionamento do Sistema Municipal de Ensino em Corrente-PI, analisaremos além da Lei nº 329/2005, quatro Atas referentes às reuniões do Conselho Municipal de Educação com a finalidade de identificar as matérias educacionais discutidas no âmbito deste órgão as quais identificamos como Ata de nº 1, 2, 3 e 4.

Na Ata de nº 1 da Sessão Ordinária do dia 29 de janeiro de 2016, os conselheiros se reuniram para dar continuidade ao assunto da reunião anterior sobre a Audiência Pública acontecida na Câmara e envio de correspondência ao MEC, consultando sobre a situação de instituições de Ensino Superior que segundo este Conselho, teve atuação irregular em Corrente. Foi informada a emissão da Resolução 05/2015, autorizando a retirada das

gratificações dos Professores com certificado dessas instituições julgadas irregulares pelo Conselho.

Analisando essa decisão e através de estudo, entendemos que o Conselho na época não tinha todo poder de decisão sobre essa matéria já que é de responsabilidade do Conselho Estadual de Educação do Piauí e do Ministério de Educação certificar-se da legalidade dos cursos de nível superior.

Foi ainda colocado em discussão o pedido de apreciação do processo de renovação da autorização de funcionamento da Educação Infantil do Colégio Mercedário São José, ficando acertado que as conselheiras representantes da Câmara de vereadores e dos docentes se encarregariam de examinar as documentações e fariam uma visita à instituição, apresentando relatório na próxima sessão do CME. A presidente do Conselho informou ainda que por conta da crise ia haver redução das concessões das licenças prêmio. Nesta mesma sessão informou sobre o Teste Seletivo para seleção de profissionais como cuidadores de crianças para as Creches dos Bairros Vermelho e Aeroporto nesta cidade.

A Ata de nº 2 da Sessão Ordinária do Conselho Municipal de Educação, de 16 de novembro de 2016, teve como pautas: pedido de autorização para funcionamento de Berçários, Maternal, Jardim I e II na Escola Pequenos Brilhantes, instituição particular, o qual o pedido foi aprovado pelos conselheiros. Outra matéria analisada do CME foi sobre a retirada de regência dos professores fora da sala de aula. O Conselho decidiu pela retirada da referida gratificação. Quanto às solicitações de Mudança de Classe dos professores analisadas nessa sessão verificamos que apenas uma não foi deferida exatamente pelo fato do professor ter sido certificado por uma das Instituições de Ensino Superior- IES notificada pela justiça e analisada na reunião anterior do CME.

As principais matérias deliberadas pelo CME em Corrente, com base nessas Atas analisadas, são, principalmente sobre a matéria relacionada a autorização para o funcionamento de estabelecimento de ensino

A Ata de nº 3 da Sessão Ordinária do Conselho Municipal de Educação, de 29 de março de 2017 contou com a seguinte pauta: Solicitação de Mudança de Classe A para B (Graduação), solicitação de Mudança de Classe B para C (Curso de Pós- Graduação); solicitação de Mudanças de Nível; remoção de Auxiliar de Serviços Gerais; licenças-prêmio; redução de carga horária por tempo de serviço; implantação da gratificação da regência. Foi decidida por unanimidade a implantação das regências das professoras retiradas no ano de 2016.

Essas questões citadas acima estão relacionadas aos trabalhadores da educação incluindo professores e pessoal de serviços gerais e estão relacionadas às questões administrativas indicando que o município tem autonomia para isso.

Realizamos a análise da Ata de nº 4 da Sessão Ordinária do Conselho Municipal de Educação, de 01 de junho de 2017. O presidente do CME abriu a sessão, e em seguida, a Superintendente informou aos presentes sobre a realização do Projeto Eco Kids. É um

Projeto do Ministério Público desenvolvido em parceria com a SEMEC e SUMAR e será desenvolvido pelas escolas Firmino Marques Maciel e Justina de Freitas na localidade Vereda da Porta. Esta matéria refere-se a autonomia pedagógica do sistema autônomo do ensino. Destaco a importância desse projeto no qual são desenvolvidas ações de conscientização sobre a importância do Meio Ambiente e Sustentabilidade. Através das ações os alunos aprendem de fato a relevância de valorizar e cuidar do meio ambiente.

Foi mencionada pelo Presidente a importância de escolher o Vice-Presidente do Conselho Municipal de Educação, conforme o art.13 da Lei de nº 329/ 2005 de 12 de julho de 2005. Em seguida, por unanimidade, foi escolhido e eleito pelos conselheiros o nome de Paulo Henrique Dourado como Vice-Presidente do CME representante do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. O Presidente do Conselho mostrou a sua preocupação sobre os rumos da educação em Corrente e fez um breve relato sobre as ações da SEMEC durante os meses da gestão iniciada em janeiro de 2017, o qual pediu aos conselheiros, apoio nas atividades desenvolvidas nas escolas e visitas constantes.

A Secretaria Municipal de Educação-SEMEC tem um papel fundamental no acompanhamento e desenvolvimento do ensino em Corrente-PI. Fazendo parte da realidade educacional Municipal, percebo que a Educação Municipal ainda não utiliza seu Plano Trabalho com foco nas Metas do Plano Municipal de Educação. O Plano Municipal de Educação são instrumentos importantes na efetivação do direito à educação de qualidade de um município, no período de dez anos, como também orientam a gestão educacional e referenciam o controle social e a participação cidadã. Entende-se que a participação no processo de elaboração, monitoramento e avaliação do Plano permite compor uma visão mais ampliada dos processos, problemas e possibilidades da educação, gerando compromissos e responsabilidades com o planejado.

## **6 | CONCLUSÃO**

Através dos estudos realizados, entendemos que se deve considerar valiosa a colaboração que o Conselho pode prestar para a democratização do ensino, no âmbito dos sistemas Municipais criados. Os Conselhos Municipais de Educação têm sido ao longo da história, ferramentas importantes para o fortalecimento das instituições educacionais, bem como da gestão pública municipal que é o de envolver e aproximar as comunidades da gestão democrática nos órgãos públicos. A Constituição Federal de 1988 garante a participação social, também, na esfera educacional, imbuindo a comunidade a participarem na promoção da gestão educacional, levando em conta suas particularidades regionais e locais.

Considerando um local de discussão, análise e deliberação, os conselhos municipais de educação possuem um importante papel social, buscando meios de interação entre as entidades sociais e o estado no acompanhamento e busca de ações concretas por uma

melhor qualidade da educação em suas localidades.

Observa-se, através das Atas analisadas, que o Conselho Municipal de Educação do município em estudo, não demonstra uma análise em torno das metas educacionais locais, da mesma forma que pouco questiona sobre o desenvolvimento e desempenho dos alunos do referido sistema de ensino. É necessário, pois, que este órgão normativo volte sua atenção também para questões de cunho pedagógico, para além de questões administrativas. Esta inquietação emerge da análise dos dados referentes ao IDEB local (Escolas municipais de Corrente-PI), considerado baixo (meta 3,4), comparando com a meta projetada que é de 4.1, referente ao ano de 2015, no 5º e 9º ano. Ressaltamos que a meta projetada tende a subir, conforme dados do próprio Inep: 2017: 4.4; 2019: 4,7; 2021: 5.0 (BRASIL, 2016).

Consideramos assim, que a qualidade do ensino é o foco principal para que possamos formar cidadãos críticos capazes de participar na construção de uma sociedade democrática e interferir na sua realidade.

## REFERÊNCIAS

BORDIGNON, Genuíno. **Gestão Democrática do Sistema Municipal de Educação**. In: Município e Educação. In: GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustáquio (Org.), Município e Educação. São Paulo, Cortez, 1993, p. 135-171.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96**. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. **CNE – Histórico**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/mais-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/14306-cne-historico>. 2016. Acesso em 10 de agosto de 2020..

BRASIL. **IDEB: resultados e metas (Atualizado em 05.09.2016)**. Disponível em <http://ideb.inep.gov.br/resultado> Acesso em 22 de agosto de 2020.

CORRENTE. **Lei nº 329/2005** de 12 de julho de 2005. Dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Ensino, bem como sobre a organização e funcionamento do Conselho Municipal de Educação de Corrente. Disponível em <http://transparencia.corrente.pi.gov.br>. Acesso em 05 de agosto de 2020.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (**CONAE**), 2010, Brasília, DF. Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias; Documento Final. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: Acesso em: 05 agosto de 2020.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Os Conselhos de Educação e a gestão dos sistemas. In FERREIRA, Naura Syria Carapeto e AGUIAR, Márcia Ângela (Org.). **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 43-60.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2000.

GAVAZZONNI, Aluizio. **A nova constituição e as leis penais: dúvidas e ponderações**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1988.

RIBEIRO, Maria Luíza Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1989.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Col. Polêmicas do Nosso Tempo. São Paulo: Ed. Cortez e Ed. Autores Associados, 1986.



## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Afetividade 9, 10, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 152, 153, 156, 157

Aprendizagem 9, 10, 11, 18, 21, 22, 23, 25, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 61, 95, 96, 97, 109, 110, 117, 118, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 132, 133, 135, 139, 140, 141, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 165, 166, 167, 184, 185, 190, 191, 192, 194, 198, 201, 202, 204, 206, 210, 214, 215, 217, 218, 224, 225, 232

Atendimento Remoto 10, 19, 21

Avaliação 9, 5, 15, 19, 31, 117, 120, 122, 125, 126, 128, 129, 130, 132, 133, 135, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 147, 181, 192, 193, 194, 217, 219, 220, 221, 228, 229, 230, 231, 232, 240, 247

Avaliação Institucional 217, 219, 228, 229, 232

### B

Berçário 65, 95, 96, 99, 100, 101, 102

Brincadeira 13, 21, 23, 26, 31, 32, 33, 34, 37, 99, 104

Brinquedoteca 11, 95, 96, 97, 99, 100, 101

### C

Comportamento pessoal 11

Comportamento social 11, 12

Conselho 89, 127, 148, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 213

Convivência com o Semiárido 12, 206, 207, 208, 209, 211, 214

Currículo 11, 25, 26, 27, 61, 62, 83, 84, 85, 93, 104, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 133, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 150, 154, 162, 184, 186, 192, 212, 217, 223, 224, 226, 228, 229

### D

Desenho Infantil 51, 52, 61, 62

Desenvolvimento Infantil 11, 12, 24, 37, 51, 95, 99

Desenvolvimento Integral 10, 19, 21, 40, 49, 104

Didática 9, 43, 50, 120, 130, 132, 133, 134, 135, 140, 142, 145, 153, 154, 201, 202, 225, 227

Dificuldades de aprendizagem 18, 41, 50, 120, 147, 152, 154, 157

Direitos Humanos 10, 1, 2, 3, 4, 9, 10, 50, 122, 142, 150, 151

## E

Educação 2, 9, 10, 12, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 37, 38, 39, 40, 41, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 134, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 158, 159, 160, 162, 163, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 194, 195, 197, 198, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 218, 221, 223, 224, 225, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 243, 244, 245, 246, 247

Educação Ambiental 12, 123, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 194, 195

Educação Contextualizada 12, 206, 207, 211, 214

Educação Infantil 9, 10, 11, 12, 14, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 37, 51, 52, 62, 64, 65, 66, 91, 93, 95, 96, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 111, 112, 114, 115, 117, 143, 150, 179, 180, 209

Escola 11, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 11, 14, 15, 16, 20, 25, 27, 40, 43, 50, 52, 63, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 82, 83, 84, 85, 89, 91, 93, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 135, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 175, 176, 178, 180, 183, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229

Espaço 1, 3, 7, 9, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 52, 53, 55, 57, 59, 60, 61, 62, 65, 68, 78, 97, 99, 100, 108, 109, 116, 120, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 142, 149, 159, 160, 161, 165, 169, 176, 179, 186, 211, 212, 215, 216, 227

## F

Fisioterapia 12, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232

Formação de professores 51, 62, 150, 175, 184, 191, 194, 195, 205, 208, 246

## G

Geografia 12, 184, 185, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195

Gestão 9, 10, 12, 4, 19, 65, 84, 85, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 112, 113, 114, 115, 121, 132, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 181, 182, 199, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 219, 223, 225, 227, 228, 230, 231, 232, 244, 245

Gestão Democrática 12, 106, 109, 121, 161, 164, 165, 172, 173, 174, 175, 176, 181, 182, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 213, 215

Gestão Escolar 9, 10, 19, 103, 104, 106, 108, 113, 114, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 169, 170, 171

## H

História da Educação 63, 65, 93, 103, 175, 183

## I

Inovação 122, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 167, 169, 170, 220, 222, 227, 246

Instrumentos de Ensino 197, 199

Interações 11, 12, 13, 14, 15, 19, 21, 23, 24, 26, 27, 30, 31, 37, 46, 98, 124, 163, 184

Interdisciplinaridade 9, 10, 12, 19, 21, 22, 25, 118, 125, 126, 128, 130, 132, 140, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 205, 225, 226, 247

## M

Metodologia 23, 51, 62, 116, 134, 135, 139, 145, 170, 171, 174, 188, 197, 198, 203, 207, 219, 221, 224, 233, 238

Movimentos sociais 10, 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 103

## O

Organização escolar em ciclos 128

## P

Paradigma 123, 158, 159, 161, 163, 164, 168, 170, 190, 213, 218, 221

Parque Infantil 11, 63, 65, 66, 67, 71, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93

Pedagógico 9, 11, 5, 19, 23, 24, 39, 41, 46, 48, 85, 97, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 140, 141, 143, 160, 169, 175, 182, 188, 190, 208, 212, 213, 215, 216, 220, 223, 231, 232

Proposta Político-Pedagógica 12, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 214, 215, 216

Psicopedagogo 9, 11, 152, 153, 154, 155, 156, 157

## R

Relações Sociais 11, 13, 14, 15, 46, 63, 93, 163, 171

## S

Santos (SP) 63, 64

Sistema 12, 42, 43, 45, 64, 67, 69, 84, 102, 112, 118, 121, 123, 132, 146, 161, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 188, 218, 225, 226, 229, 231, 232, 237, 238

## T

Trabalho Pedagógico 11, 19, 23, 116, 119, 128

# Educação:

DIÁLOGOS  
CONVERGENTES  
E ARTICULAÇÃO  
INTERDISCIPLINAR

---

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

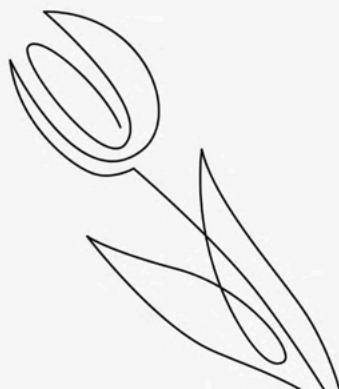
## *Lápis de cor*

*Voo por mundos,  
Conheço destinos,  
Viajo em segundos,  
Um sonho menino,*

6

*Casa amarela,  
O céu azul,  
Pela janela,  
O Norte ou Sul,*

*Desenho a lua,  
A vida, um lugar  
Gente na rua,  
Um esperar!*




# Educação:


DIÁLOGOS  
CONVERGENTES  
E ARTICULAÇÃO  
INTERDISCIPLINAR

---

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

## *Lápis de cor*

*Voo por mundos,  
Conheço destinos,  
Viajo em segundos,  
Um sonho menino,*

6

*Casa amarela,  
O céu azul,  
Pela janela,  
O Norte ou Sul,*

*Desenho a lua,  
A vida, um lugar  
Gente na rua,  
Um esperar!*

